

NOTA TÉCNICA | PESQUISA DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR (PEIC)

Janeiro de 2026

Lucas Sorgato

Assessor econômico do Instituto Fecomercio de Alagoas

Os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) para Maceió, referentes a janeiro de 2026, revelam um quadro que combina pressão sazonal típica do início do ano com sinais mistos de ajuste financeiro das famílias. Janeiro é, historicamente, um mês de reorganização do orçamento doméstico, marcado pela concentração de despesas obrigatórias — como impostos, material escolar e mensalidades educacionais — e pela ausência de rendas extraordinárias observadas em dezembro. Esse contexto ajuda a explicar o comportamento dos indicadores observados na pesquisa.

Tabela 01: Resultados de endividamento em Janeiro de 2026 (% total de famílias)

Período	Endividados	Contas em Atraso	Não Terão Condições de Pagar
jan/25	77,80%	35,30%	10,70%
dez/25	77,15%	31,86%	7,97%
jan/26	81,35%	30,30%	8,33%
Variação Mensal	4,20%	-1,56%	0,36%
Variação Anual	3,55%	-5,00%	-2,37%

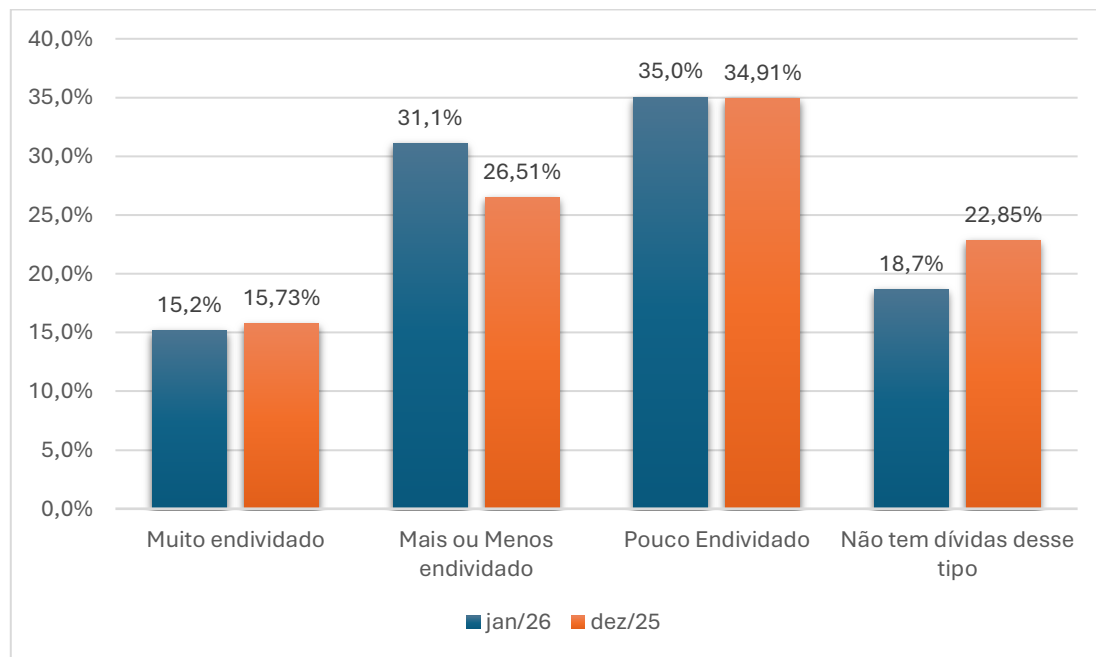
Fonte: Instituto Fecomercio com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio – CNC.

Em janeiro de 2026, o percentual de famílias endividadas em Maceió alcançou 81,35%, registrando um aumento expressivo de 4,2 pontos percentuais em relação a dezembro de 2025 e um crescimento de 3,55 pontos percentuais na comparação anual. Esse movimento indica que o crédito voltou a desempenhar papel central no equilíbrio financeiro das famílias logo no início do ano, sendo utilizado não apenas para consumo, mas também como mecanismo de absorção de despesas concentradas e de recomposição de liquidez. O dado sugere que o endividamento rompeu temporariamente o patamar de relativa estabilidade observado no final de 2025, refletindo um choque sazonal sobre o orçamento familiar.

Apesar do avanço significativo do endividamento, a inadimplência apresentou trajetória oposta. O percentual de famílias com contas em atraso caiu para 30,3% em janeiro de 2026, o que representa redução tanto na comparação mensal quanto na anual. Esse comportamento indica que o aumento do endividamento ocorreu majoritariamente por meio de novas dívidas ainda dentro do prazo de pagamento, e não por agravamento imediato do atraso. Também sugere que parte das famílias utilizou o crédito como instrumento de reorganização financeira, seja para quitar ou renegociar dívidas anteriores, seja para evitar a entrada em inadimplência logo no início do ano. Para o comércio, esse movimento traz um alívio de curto prazo, ao reduzir o risco imediato de calote, mas sinaliza uma possível transferência do risco para os meses seguintes, caso a renda não acompanhe o aumento das obrigações assumidas.

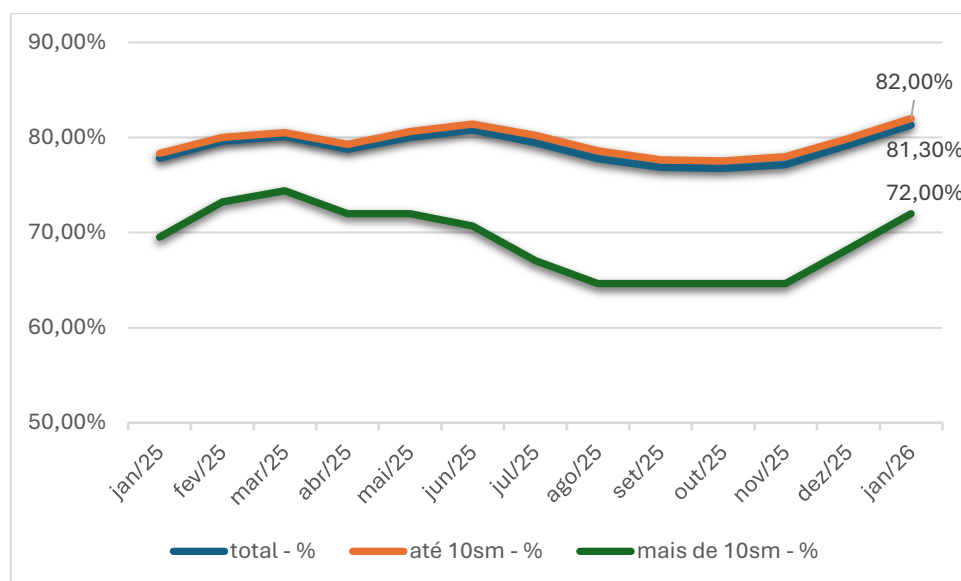
Já o grupo de famílias que declara não ter condições de pagar suas dívidas, o chamado superendividamento, ficou em torno de 8% em janeiro. Esse número é menor do que o registrado um ano atrás, mas apresentou uma leve alta em relação a dezembro. Ou seja, o problema diminuiu ao longo do ano, mas janeiro continua sendo um mês delicado, especialmente para quem já vinha com o orçamento apertado. Vale destacar que esse problema segue concentrado nas famílias de menor renda. Entre as famílias que ganham até 10 salários-mínimos, o superendividamento ainda aparece com força, enquanto entre as de renda mais alta praticamente não existe.

Gráfico 01: Comparativo de nível de endividamento.



Fonte: Instituto Fecomercio com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio – CNC.

Gráfico 02: Evolução do percentual das famílias endividadas por renda em Alagoas (jan/25 – jan/26)



Fonte: Instituto Fecomercio com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio – CNC.

Quando se observa o comportamento por faixa de renda, fica claro que o impacto do início do ano foi mais pesado para as famílias de menor renda. Nesse grupo, o endividamento chegou a mais de 82%, mostrando que quase todas as famílias precisaram recorrer a algum tipo de crédito. O número de famílias sem dívidas caiu bastante, reforçando a ideia de que o crédito deixou de ser opção e passou a ser necessidade para fechar o mês. Entre as famílias de renda mais alta, o endividamento também aumentou, chegando a cerca de 72%. Embora esse grupo tenha mais capacidade de absorver os gastos extras de janeiro, os dados mostram que nem mesmo ele ficou imune às pressões do início do ano.

Tabela 02: Variação mensal por faixa de renda dos subíndices do nível endividamento

	até 10sm - %	Variação Mensal	mais de 10sm - %	Variação Mensal
Muito endividado	15,55%	-0,18%	9,76%	6,10%
Mais ou Menos endividado	31,32%	4,81%	28,05%	7,32%
Pouco Endividado	35,10%	0,19%	34,15%	-6,10%
Não tem dívidas desse tipo	18,03%	-4,82%	28,05%	-7,32%

- Fonte: Instituto Fecomercio com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio – CNC.

Tabela 03: Nível de endividamento total desagregado por renda em Maceió – Jan/26

Período	até 10sm - %	mais de 10sm - %
jan/25	78,30%	69,50%
dez/25	79,90%	68,30%
jan/26	82,00%	72,00%

Fonte: Instituto Fecomercio com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio – CNC.

A inadimplência por renda segue um padrão conhecido. Entre as famílias de menor renda, o percentual de contas em atraso ainda é alto, mesmo com a leve melhora observada. Já entre as famílias de renda mais alta, o atraso é bem menor, mas apresentou uma pequena alta em janeiro, o que pode ser um sinal de que o maior uso do crédito no começo do ano começa a aparecer nos indicadores.

Tabela 4: Famílias com contas em atraso em Maceió (% entre os endividados) – Jan/26

Período	até 10sm - %	mais de 10sm - %
jan/25	37,10%	9,80%
dez/25	32,80%	4,90%
jan/26	32,10%	6,10%

Fonte: Instituto Fecomercio com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio – CNC.

A Tabela 05, a seguir, revela um dos indicadores mais sensíveis da PEIC: o superendividamento, isto é, o percentual de famílias que declaram explicitamente não possuir condições de quitar suas dívidas, mesmo com renegociações.

Em novembro de 2025, 7,97% das famílias endividadas encontram-se nessa condição, representando redução em relação a outubro de 2025 (8,80%) e queda ainda mais significativa frente a novembro de 2024 (10,70%).

Essa trajetória descendente indica que, ao longo do último ano, houve uma melhora gradual na capacidade de pagamento das famílias, possivelmente associada a renegociações de dívidas em larga escala; maior seletividade no uso do crédito; recomposição parcial da renda real; ajustes no padrão de consumo, especialmente entre os grupos mais vulneráveis.

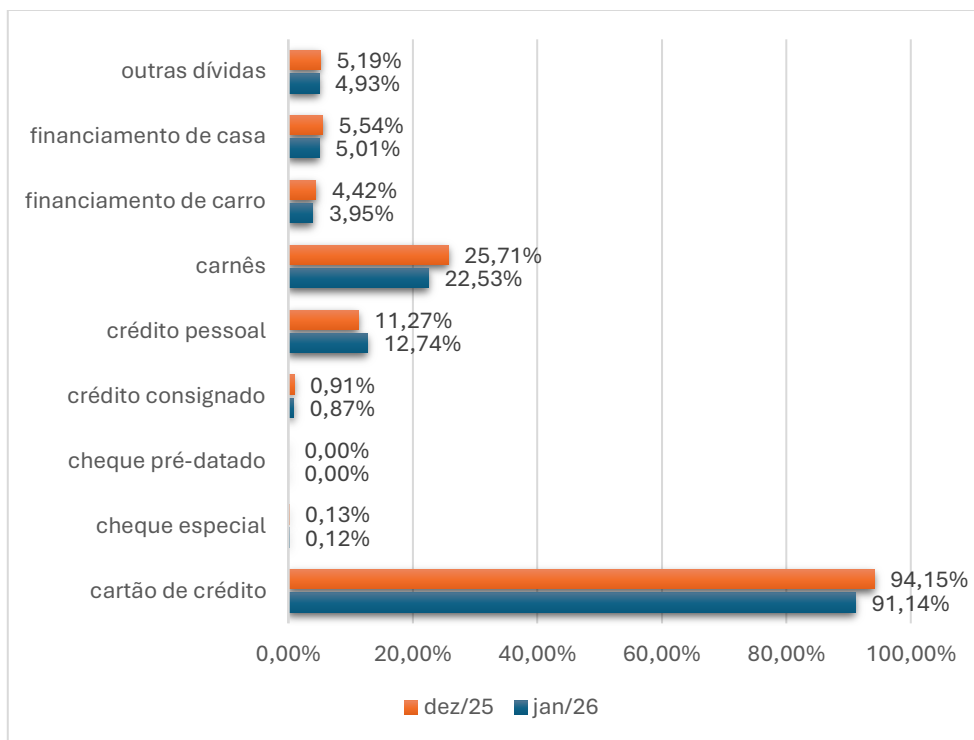
Tabela 05: Famílias que não terão condições de pagar as dívidas em Alagoas (% entre os endividados) – Jan/26

Período	até 10sm - %	mais de 10sm - %
jan/25	11,70%	1,20%
dez/25	9,40%	0,00%
jan/26	9,40%	0,00%

Fonte: Instituto Fecomercio com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio – CNC.

O Gráfico 03, que apresenta os tipos de dívida das famílias em Maceió em janeiro de 2026, ajuda a entender não apenas quanto as famílias estão endividadas, mas principalmente como esse endividamento está estruturado.

Gráfico 03: Tipos de dívida das famílias em Maceió – Jan/2026



Fonte: Instituto Fecomercio com base nos dados da Confederação Nacional do Comercio – CNC.

O primeiro ponto que chama atenção é a hegemonia absoluta do cartão de crédito como principal forma de endividamento. Praticamente todas as famílias endividadas utilizam o cartão, o que confirma que ele deixou de ser um instrumento pontual de compra para se tornar um mecanismo permanente de gestão do orçamento doméstico. Em janeiro, isso se intensifica, pois o cartão funciona como “ponte financeira” para cobrir despesas concentradas do início do ano, como impostos, material escolar e mensalidades. O problema é que, apesar da praticidade, trata-se de uma das modalidades de crédito mais caras do mercado. Quando usado de forma recorrente, especialmente com parcelamentos

sucessivos ou saldo rotativo, o cartão aumenta rapidamente o custo da dívida e reduz a margem de manobra das famílias nos meses seguintes.

Na sequência, aparecem os carnês e o crediário, que continuam tendo peso relevante, sobretudo no consumo popular. Esse tipo de dívida está muito associado ao comércio tradicional e ao parcelamento direto no varejo. Em janeiro, o uso do carnê tende a crescer porque muitas famílias já chegam ao início do ano com o limite do cartão comprometido e buscam alternativas para continuar consumindo ou reorganizar despesas. Do ponto de vista econômico, o carnê cumpre um papel importante de inclusão no consumo, mas transfere parte significativa do risco diretamente para o comerciante. Em um ambiente de renda pressionada, isso exige atenção redobrada na concessão e no acompanhamento desses créditos.

O crédito pessoal também aparece com participação relevante no gráfico e merece leitura cuidadosa. Esse tipo de dívida costuma ser acionado quando o orçamento já está bastante apertado. Em muitos casos, não é utilizado para consumo novo, mas para cobrir despesas básicas ou até para pagar outras dívidas, especialmente cartão de crédito. Em janeiro, esse movimento tende a se intensificar, funcionando como uma tentativa de reorganização financeira. O problema é que o crédito pessoal também tem juros elevados e, quando usado de forma recorrente, pode acelerar o processo de endividamento excessivo, funcionando como um sinal claro de fragilidade financeira.

Os financiamentos de veículos e imóveis aparecem com menor participação no total das famílias endividadas, mas carregam um peso econômico importante. Essas modalidades estão mais concentradas nas famílias de renda mais alta e têm prazos longos, o que reduz a pressão imediata sobre o orçamento mensal. No entanto, comprometem renda por vários anos e são muito sensíveis às condições de juros. Em janeiro, esses financiamentos tendem a se manter mais estáveis, mas o aumento geral do endividamento pode limitar a capacidade dessas famílias de assumir novos compromissos desse tipo ao longo do ano.

No geral, o que os dados de janeiro de 2026 mostram é que o endividamento das famílias em Maceió continua alto e muito sensível ao calendário do ano. O crédito segue sendo fundamental para manter o consumo e o funcionamento do comércio, especialmente no começo do ano, mas esse movimento aumenta os riscos para os meses seguintes. Para o comércio e os serviços, o cenário pede cautela: vender a prazo continua sendo importante, mas é fundamental acompanhar de perto a capacidade de pagamento das famílias, incentivar renegociações e evitar um excesso de crédito logo no primeiro trimestre, quando os efeitos do endividamento de janeiro ainda estão sendo sentidos.